

O PERFIL DO OFICIAL DO SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR NA GRANDE GUERRA

*THE PORTUGUESE GENERAL STAFF SERVICE
OFFICER'S PROFILE DURING THE GREAT WAR*

Fernando César de Oliveira Ribeiro

Major de Infantaria

AEEEx/IESM

Investigador Integrado do CISDI

Lisboa, Portugal

ribeiro.fco@gmail.com

Resumo

Este texto pretende caracterizar o perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior no período da Grande Guerra. O Serviço de Estado-Maior foi criado em 1899, sendo herdeiro do Corpo de Estado-Maior instituído em 1834. Até 1890 a formação dos oficiais deste Serviço ocorria nos moldes das restantes Armas do Exército, mas a partir de 1891 passou a ser um curso complementar, abrindo a todas as Armas do Exército. Os oficiais do Corpo de Estado-Maior eram possuidores de uma formação académica acima da média para a época, pelo que os capacitou para o desempenho de múltiplas funções, tanto militares como civis. Não era um grupo que se limitava a planear e gerir, também comandavam Companhias, Batalhões e Grupos, desempenhando missões de âmbito operacional. Desde a sua génese como Corpo de Estado-Maior, o Serviço de Estado-Maior, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, incluindo nos momentos mais conturbados como o da Grande Guerra.

Palavras-chave: Estado-Maior, Grande Guerra, I Guerra Mundial, perfil sociográfico, Exército.

Como citar este artigo: Ribeiro, F., 2014. O Perfil do Oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 109-131.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>

Abstract

This article's aim is to characterize the Portuguese General Staff Service officer's profile during the Great War period. The General Staff Service was established in 1899, heir of the General Staff Corps established in 1834. Until 1890, the officers who constituted the Service were formed as the remaining Army bodies, in 1891 this course became complementary for the officers of the other bodies, granting them access to the General Staff Corps. The General Staff Service officers received an academic training, in the Military School, well above the time's standard, granting them the ability to perform various types of functions, both military and civilian. These officers did not just plan and administrate, they also commanded Companies, Battalions and Groups thus performing operational missions. Since its inception as the General Staff Body, the General Staff Service has always played an important role within the Army, including in the most troubled times as the Great War period.

Keywords: General Staff, Great War, World War I, sociographic profile, Army.

*“Enfim, não houve forte capitão
Que não fosse também douto e ciente.”
Os Lusíadas, Canto V, Estrofe XCVII.*

Introdução

A 5 de outubro de 1910 caiu a monarquia e instaurou-se a república em Portugal. Quatro anos volvidos, a Europa viu-se perante uma guerra de tal forma aterradora que ficou conhecida como a “Grande Guerra”.

Portugal, com a sua jovem República, acabou por declarar formalmente guerra à Alemanha em 1916. Com a entrada na guerra, Portugal pretendia obter prestígio internacional e assento no ‘concerto das nações’, garantindo, assim, a sua soberania perante a ameaça de anexação pela Espanha. Internamente, interessava garantir a legitimação e consolidação da República e do partido que levou Portugal para a Grande Guerra¹.

No sentido de garantir as colónias, são enviados dois contingentes, um para Angola e outro para Moçambique, ainda em 1914. No total, os efetivos para o teatro africano terão rondado os 34.600 homens da metrópole e 19.500 tropas indígenas². Em 1916 inicia-se o aprontamento de uma Divisão para intervir no teatro europeu, feito que ficou conhecida como o “milagre de Tancos”. Em 1917, o Corpo Expedicionário Português (CEP), a força reunida para o teatro europeu, contava com 55.000 homens, nunca tendo estado, por motivos

¹ Teixeira, et al., 2004, pp. 17-22.

² Teixeira, et al., 2004, p. 25.

vários, na sua máxima capacidade. Este corpo combateu integrado no setor britânico, sob o comando do XI Corpo de Exército Inglês³.

Parte integrante deste esforço foi o Serviço de Estado-Maior (Serviço de EM)⁴, instituído no Exército português em 1899⁵, herdeiro do Corpo de Estado-Maior (Corpo de EM)⁶, instituído em 1834. A Lei 26 de Maio de 1911, que visou a reforma do Exército após a implementação da República, manteve a designação de Serviço de EM.

Os oficiais que constituíam o Serviço de Estado-Maior recebiam formação específica para o desempenho das respetivas funções. Até 1890, a formação desses oficiais ocorria nos cânones das restantes Armas do Exército, sendo um curso elementar da Escola do Exército. A partir de 1891, passou a ser um curso complementar, mantendo-se o Corpo de EM como um Corpo distinto, mas a ser preenchido pelos oficiais das restantes Armas do Exército que frequentassem esse curso.

No período de 1914 a 1918, ou seja, desde a intervenção em África até ao fim da guerra, este serviço foi constituído por 74 oficiais, sendo 23 deles oriundos do Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército (SEM/EE) e 51 das diversas Armas habilitados com o curso complementar. Eram indivíduos oriundos de famílias com possibilidade e interesse em educá-los, que ao atingir a idade, assentavam praça no Exército com o intuito de se formarem como oficiais.

Eram oficiais que pelo seu percurso profissional, possuíam experiência de nível tático e de comando, capacidade de gestão/administração obtida nas diversas colocações do Serviço de EM.

O Serviço de EM, desde a sua génese como Corpo de EM, desempenhou um importante papel no seio do Exército, sendo que os seus elementos se evidenciavam pela sua competência e capacidade de adaptação.

1. Caracterização histórica do Corpo/Serviço de Estado-Maior

Entre nós, a expressão “Estado-Maior do Exército” (EME) foi empregue pela primeira vez na Carta de Lei, de 9 de julho de 1763, a qual visava regular o processamento e pagamento dos soldos a um grupo de oficiais, assim designado. Eram estes, os Oficiais-Generais, os Inspectores-Gerais, Deputados Assistentes dos Inspectores-Gerais e o Quartel-Mestre General⁷. Esta designação, anterior à moderna instituição do EM originária da Prússia⁸, não corresponde a um Corpo com práticas e métodos, posteriormente desenvolvidos, mas sim a um grupo de oficiais que tinha, perante a Coroa, as mais altas responsabilidades na condução do Exército.

³ Teixeira, et al., 2004, pp. 27,28.

⁴ Por forma a evitar confusão entre a abreviatura do Serviço de Estado-Maior (Arma), da abreviatura do Serviço de Estado-Maior (curso de formação base da Escola do Exército), as abreviaturas serão “Serviço de EM” para designar a Arma e “SEM/EE” para designar o curso.

⁵ Sá Nogueira, 1969, p. 21.

⁶ Pelo motivo anteriormente explanado, designaremos Corpo de Estado-Maior por “Corpo de EM” e Curso de Estado-Maior por “CEM”.

⁷ Sá Nogueira, 1969, p. 9.

⁸ Carrilho, 1985, p. 135.

O Corpo de EM do Exército foi criado pelo decreto de 18 de Julho de 1834, sendo um organismo que já nada possuía em comum com o Estado-Maior General⁹. No Artigo (Art.º) 9º, §1 do referido decreto, lê-se que os oficiais gerais, pertencentes ao EM General estavam destinados a ser empregues no comando dos EM (do Exército, da Engenharia e da Artilharia) das Divisões e Brigadas, das Praças de 1.ª Ordem e nas Inspeções das diferentes Armas do Exército. O §2, do mesmo Art., ordena que os oficiais desse Corpo do EME, constituído por oito oficiais superiores, 16 capitães e 16 tenentes, fossem empregues nos EM das Províncias, Divisões e Brigadas, assim em ajudantes-de-ordens dos generais. Verificamos que este corpo já se encontrava destinado ao desempenho de funções de assessoria e apoio à decisão. É também neste decreto que no Art.12º, §2 é determinado que possuiriam uma promoção distinta das outras Armas do Exército, sem prejuízo para o lugar que ocupavam anteriormente, facto que configurava a criação de uma nova Arma/Serviço.

a. A formação dos oficiais de Estado-Maior

A profissão militar entendida como tal, isto é, distinta, possuidora de perícia, responsabilidade e corporativismo próprio¹⁰, surge na Prússia (1808). Até então, as Escolas Militares estavam orientadas para ensinar aspetos técnicos ligados à utilização de Artilharia e à construção de fortificações, não possuindo grande nível pedagógico para a formação dos restantes oficiais¹¹. Em 1810 é fundada a *Kriegsakademie*¹², em Berlim, cuja finalidade era o estudo da ciência da guerra. Nesta academia/escola estudavam-se Táticas, História Militar, Ciência do Armamento, assim como Matemática, Física e Química¹³.

Em Portugal, essa necessidade de modernizar o ensino militar é apontada por Sá da Bandeira que, a 4 de Janeiro de 1837, extingue o Real Colégio dos Nobres e cria a Escola Politécnica (EP) na dependência do Ministério da Guerra¹⁴. Esta escola tinha como objetivo a “[...] a preparação militar preparatoria [...]”, uma vez que seria indispensável formar os futuros oficiais em “[...] Ciências físicas e matematicas para assim depois, poderem entrar no indispensavel desenvolvimento do estudo da difficil sciência da guerra e suas vastissimas applicações [...]”¹⁵.

A 12 de janeiro de 1837 foi criada a Escola do Exército (EE), substituindo a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho¹⁶. No seu currículo escolar foram mantidos os cursos de Engenharia Militar, a Artilharia e, num tronco comum, a Infantaria e Cavalaria, sendo criados dois novos cursos para oficiais de EM e para engenheiros civis, respetivamente¹⁷.

⁹ Sá Nogueira, 1969, p. 14.

¹⁰ Huntington, 1981, p. 8.

¹¹ Huntington, 1981, p. 25.

¹² Literalmente, a Academia da Guerra.

¹³ Huntington, 1981, p. 48.

¹⁴ Alguns anos antes, a Universidade de Coimbra, única instituição universitária portuguesa até 1911, tinha-se oposto à criação do ensino politécnico/universitário em Lisboa e no Porto. O marquês Sá da Bandeira, adepto da introdução do ensino politécnico em Portugal viu na formação científica dos futuros oficiais “[...] o único meio de escapar à acção absorvente da Universidade de Coimbra [...]” (Barata, et al., 2004, p. 426).

¹⁵ Barata, et al., 2004, pp. 425, 426.

¹⁶ Gaspar, 2009, p. 17.

¹⁷ Barata, et al., 2004, p. 426.

Antecedendo em pouco mais de um mês a criação da EE, a 5 de Dezembro de 1836, foi publicado um decreto que alterava o curso de Matemática da Universidade de Coimbra (UC), passando este “[...] a ser considerado como suficiente habilitação para os cursos e oficiais, onde fosse requerida a Carta de engenheiro Civil ou Militar, assim como para os postos das diferentes armas do EXÉRCITO [...]”¹⁸. Desde a origem da EE, não era exclusividade da EP a formação preparatória exigida aos candidatos aos cursos de Engenharia, Artilharia e EM. Na reorganização escolar de 1863 pode ler-se, no Art. 26º, §2, do capítulo IV da Ordem do Exército (OE), a indicação para a criação de um regulamento que “[...] determinará as disciplinas dos cursos preparatórios das armas especiais ou do corpo do estado maior que poderão ser estudadas na Academia Polytechnica do Porto.”¹⁹. Com esta reorganização ficou igualmente incluída a Academia Politécnica do Porto (APP) enquanto escola preparatória para o curso de EM, ficando o sistema de classificação regulado em 1873.

Esta realidade manteve-se até 1890, quando o curso de EM deixou de ser um curso de formação de base da EE para o Serviço de Estado-Maior (SEM/EE), passando a ser um curso complementar, abrindo assim o Corpo de EM a todas as Armas²⁰.

Sendo este grupo constituído por oficiais formados antes e depois de 1890, engloba portanto, oficiais oriundos do SEM/EE e das Armas.

(1) Curso de Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército

O primeiro elemento do nosso grupo que entrou para a EE foi Abel Acácio de Almeida Botelho que, tendo ingressado em 1876²¹, esteve sujeito ao determinado pela reorganização da EE de 1863, que estipulou os requisitos necessários para se concorrer à Escola. Assim, pode ler-se no Art. 27, do nº 54 da OE de 1863 que, para qualquer dos cursos, o pretendente necessitava de²²:

- Ser português, natural ou naturalizado;
- Ser isento de lesão ou defeito físico que o impossibilitasse para a profissão militar;
- Ter praça em qualquer corpo do Exército;
- Ter bom comportamento, devidamente comprovado;
- Possuir o curso do Real Colégio Militar (CM) ou estar habilitado com: Gramática e Língua Portuguesa; Gramática e Língua Francesa; Desenho Linear; História e Geografia; Matemática Elementar, segundo os programas dos liceus de primeira classe; Princípios de Química; Física; e Introdução à História Natural, de acordo com o mesmo programa;

¹⁸ Gaspar, 2009, p. 19.

¹⁹ OE, 1863 nº54, p. 7.

²⁰ Carrilho, 1985, p. 136.

²¹ LAEE, s.d.

²² OE, 1863 nº54, p. 8.

- Efetuar exames de admissão nas disciplinas de Matemática Elementar, Princípios de Física e Química; e Introdução à História Natural, bastando para as restantes disciplinas a certidão de aprovação de qualquer liceu de primeira classe. Disciplinas sem certidão seriam submetidas a exame, Art. 30 da mesma OE²³.

Para serem admitidos para o SEM/EE e Armas Especiais (Artilharia e Engenharia), para além de preencher as anteriores condições, necessitavam ainda de possuir as habilitações preparatórias em Gramática, Tradução Latina e Filosofia Racional e Moral.

O curso preparatório para o SEM/EE tinha a duração de três anos, sendo os programas fixados pelo Governo, Art.3º do Nº54²⁴. Finda esta preparação o aluno seguia o curso na EE, tendo este a duração de dois anos, Art.5º²⁵, contando com as seguintes disciplinas conforme o Art.4º²⁶: Arte e História Militar (curso completo); Artilharia (curso elementar); Fortificação (curso elementar); Geodesia Prática e Topografia (curso completo); Administração; Legislação Militar e Noções do Direito das Gentes; Desenho e Fotografia; Comunicações Militares; e Língua Inglesa.

Após concluírem o curso os alunos seriam admitidos a um exame especial de habilitação às carreiras que versava sobre as doutrinas, práticas e exercícios mais importantes do curso. A nota classificava os alunos numericamente, determinando assim a sua antiguidade para ingresso nas referidas carreiras. Caso os alunos não atingissem o mérito julgado necessário, teriam um ano para repetir o referido exame. Se nessa repetição voltassem a ser rejeitados, iriam servir na Infantaria ou na Cavalaria, Art.40º²⁷.

Após a obtenção da carta geral de habilitações eram promovidos a alferes efetivos, indo servir no corpo de Infantaria ou Cavalaria, sendo promovidos ao posto imediato de tenente, após dois anos de “[...] bom serviço efectivo [...]”, Art.45º, §1º²⁸.

(2) Curso de Estado-Maior (complementar)

Como vimos previamente, a reforma escolar de 1890 alterou a formação dos oficiais de EM, deixando ser um curso de base da EE para um curso complementar para as Armas. Passou também a designar-se como Curso Superior de Guerra, tendo a duração de dois anos letivos. Isto implicava que os oficiais teriam preenchido as condições necessárias para o ingresso nos outros cursos.

O oficial que desejasse concorrer ao Curso Superior de Guerra, para além de necessitar de possuir dois anos de bom e efetivo serviço como oficial “nas tropas ativas das suas armas”, Art.24º, Nº1 da OE de 1890, teria de ter aprovação em todas as disciplinas da Escola Preparatória necessárias para a matrícula de Engenharia Militar, o que, para além das disciplinas exigidas para o curso de Artilharia todas elas relacionadas com as

²³ OE, 1863 nº54, p. 9.

²⁴ OE, 1863 nº54, p. 2.

²⁵ OE, 1863 nº54, p. 4.

²⁶ OE, 1863 nº54, p. 2.

²⁷ OE, 1863 nº54, p. 10.

²⁸ OE, 1863 nº54, p. 12.

Ciências Exatas (e.g: Geometria Esférica, Cálculo Diferencial Integral, Desenho), implicava ainda aproveitamento em Geometria Descritiva (segunda parte), Astronomia, Botânica e Mineralogia e Geologia²⁹.

Para além destas condições, foi também estipulado um critério etário: os oficiais que se candidatavam ao curso teriam de ter menos de 29 anos (Engenharia); 28 anos (Artilharia); e menos de 26 anos (Infantaria ou Cavalaria), assim como apresentar um atestado de aptidão para montar a cavalo facultado pela Escola Prática de Cavalaria.

De dois em dois anos estavam previstas as seguintes vagas: um oficial de Engenharia, dois de Artilharia, dois de Cavalaria e oito de Infantaria. Se o número de candidatos fosse superior ao número de vagas, a admissão era feita de modo documental perante um júri e caso uma das Armas não preenchesse a totalidade das suas vagas, estas não poderiam ser preenchidas por oficiais de outras Armas.

Uma vez na EE, o curso teria a duração de dois anos, pelo que os oficiais que obtinham a carta do Curso Superior de Guerra continuavam a pertencer à sua Arma de origem, devendo fazer um tirocínio de um ano, constituído por dois períodos de seis meses em cada uma das Armas à qual não pertenciam. Após completarem este tirocínio eram promovidos a capitães das suas Armas ao perfazerem quatro anos de tenente ou antes, caso lhes competisse por escala, Art.32º, nº4³⁰.

O primeiro curso complementar realizou-se em 1895, com a designação de Curso de Estado-Maior (CEM), não como Curso Superior de Guerra (designação que não vingou), tendo sido frequentado por três oficiais de Artilharia: Amílcar de Castro Abreu e Mota, João Pereira Bastos e Aníbal Augusto Ramos de Miranda³¹.

Quer no SEM/EE como no CEM, os oficiais frequentavam cadeiras exclusivas destes cursos, capacitando-os para uma visão transversal da organização, do seu funcionamento e capacidades.

b. Funções do Serviço de Estado-Maior

Desde a sua génese em 1834, o Corpo de EM desempenhou um importante papel no seio do Exército, estando as suas funções definidas em termos legislativos. O Corpo de EM foi extinto em 1899, com a adoção da designação de Serviço de EM na Organização do Exército desse ano³².

À Implantação da República seguiu-se uma reforma do Exército e a 26 de maio de 1911, a Secretaria de Guerra publicou a OE Nº 11 para a operacionalizar.

Em termos da Organização Geral do Exército, dispunha-se que o Exército metropolitano compreendesse, “1º- Os officiaes-generaes; 2º- O Serviço de estado maior; 3º- as diversas armas e serviços...”³³. O Serviço de EM surge distinguido das restantes Armas e apenas precedido pelos oficiais-generais, revelador da hierarquia que ocupava em termos formais.

²⁹ OE, 1890, pp. 516, 517.

³⁰ OE, 1890, p. 518.

³¹ AHM, 1913, p. 21.

³² Sá Nogueira, 1969, p. 21.

³³ OE, 1911, p. 580.

Relativamente às competências que cabiam ao Serviço, pode ler-se no Art.45º, Cap. III³⁴, que estas, compreendiam os estudos e trabalhos da primeira Direção e da segunda Repartição da segunda Direção do EME.

A primeira Direção do EME compreendia seis repartições, a biblioteca do EME, a secção de cartografia militar com o gabinete fotográfico e o arquivo histórico. A esta Direção competiam, entre outras missões, as relações com os adidos militares e com oficiais em comissões de estudo no estrangeiro; relações com as inspeções das Armas no que dizia respeito à preparação da guerra (exercícios) e instrução; elaboração de projetos de operações; estudos sobre a importância estratégica das vias de comunicação; determinação dos pontos estratégicos onde deviam ser construídas fortificações; estudos relativamente às melhorias a introduzir no Exército da metrópole; estudos sobre convenções internacionais; leis e usos da guerra; elaboração do plano geral de mobilização; preparação de exercícios sobre a carta para instrução dos oficiais do Serviço de EM e de todo o EME³⁵.

À segunda Repartição da segunda Direção competiam: os estudos das linhas férreas do ponto de vista de transporte militar; estudos relativos à organização geral e proteção das linhas de comunicação do Exército; elaboração e revisão das instruções dos serviços de segunda linha (apoio logístico) e do serviço militar dos caminhos-de-ferro; estudo crítico sobre os regulamentos e instruções em vigor nos exércitos estrangeiros e a elaboração e coordenação dos trabalhos de estatística geral necessários para os estudos do EME³⁶.

O quadro do Serviço de EM era composto por seis coronéis, 12 tenentes-coronéis e 30 capitães, os quais prestavam serviço no EME, nos quartéis-generais das Divisões, quartel-general da Brigada de Cavalaria e no Campo Entrincheirado de Lisboa.

Os oficiais oriundos do SEM/EE teriam que exercer, durante um ano, o comando de um Regimento de Infantaria ou Cavalaria, continuando a pertencer ao Serviço de EM. Os tenentes-coronéis das Armas que pertenciam ao Serviço de EM ao serem promovidos a coronéis tornavam ao seu quadro de origem, regressando ao Serviço como coronéis após efetuarem o comando de um Regimento, ainda que não fosse da sua Arma de origem.

2. Os oficiais do Serviço de Estado-Maior

Após a identificação dos 74 oficiais que pertenceram ao Serviço de EM, recorreremos às seguintes fontes:

- Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (LAEE);
- Folhas de matrícula (FM) de 64 elementos do grupo;
- Alguns processos de acesso à Escola do Exército (PAEE);
- OE e Almanagues do Exército (AE).

³⁴ OE, 1911, pp. 585.

³⁵ OE, 1911, pp. 673-675.

³⁶ OE, 1911, p. 683.

Sempre que detetamos discrepâncias entre os documentos consultados, optamos por levar em consideração a informação presente nas FM.

Retiramos da LAEE, a escola preparatória frequentada, a naturalidade, curso de origem e lugar de curso. Dos 74 oficiais conseguimos 64 FM, daqui obtivemos o seu estado civil, número de filhos e funções desempenhadas ao longo da carreira. Os dados apresentados não correspondem sempre aos 64 oficiais, uma vez que algumas das FM já se encontram deterioradas ou apenas existem parte delas.

Relativamente a José Augusto Alves Roçadas, único oficial cuja carreira reconstituímos sem recorrer à sua FM, retiramos os nossos dados da bibliografia que se apresenta em rodapé³⁷.

Após a recolha dos dados, utilizámos a caracterização social feita por Maria Carrilho relativa ao oficialato do Exército no séc. XX. Estabelecemos um paralelismo com as suas conclusões relativamente ao período de 1900 a 1920, o que nos permitiu deduzir algumas conclusões para o grupo em estudo.

Escolas preparatórias, naturalidade, estado civil e número de filhos.

Quanto à formação necessária para a frequência do curso do SEM/EE e do Curso de Estado Maior CEM, a maioria, 56 dos oficiais, frequentou a Escola Politécnica (EP) em Lisboa, 12 a Universidade de Coimbra e cinco a Academia Politécnica do Porto. Da análise das FM, apenas Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazareth nunca se terá matriculado em nenhuma escola, uma vez que esteve um ano e três meses na Guarda Municipal de Lisboa antes de frequentar o CEM. Colocamos a hipótese que tenha iniciado a sua formação complementar nesse período, não ficando registada nos seus documentos.

Atendendo a que para se candidatarem à frequência da escola preparatória era necessário terem terminado os estudos liceais e tendo em consideração que só quem vê utilidade na instrução se empenha em enviar os seus filhos à escola³⁸, somos levados a inferir que os oficiais do Serviço de Estado-Maior (EM) pertenciam a uma minoria da sociedade que de facto queria e podia educar os seus filhos. Assim, podemos afirmar que os elementos que concorriam à Escola do Exército (EE) pertenciam a um grupo minoritário da população – o que frequentava e concluía os estudos liceais.

Não tendo sido possível analisar a profissão dos pais dos nossos oficiais, fizemos um paralelismo com as conclusões retiradas por Carrilho relativamente às origens familiares do oficialato no período de 1911-1925³⁹.

De acordo com a autora, existia uma elevada percentagem de filhos de oficiais das Forças Armadas, situando-se a média acima dos 50%, sendo a categoria profissional que registava, de longe, os maiores índices de recrutamento. Existia também alguma importância nos índices

³⁷ «José Augusto Alves Roçadas», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXV, Editorial Enciclopédia, Lisboa, [s. d.], pp. 828-829.
NOGUEIRA, Jofre Amaral – «José Augusto Alves Roçadas», in Dicionário de História de Portugal, vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto, [s. d.], pp. 351-352.

«José Augusto Alves Roçadas», in O Grande Livro dos Portugueses, textos de Manuel Alves de OLIVEIRA, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990, p. 441.

³⁸ Ramos, 1988, p. 1078.

³⁹ Carrilho, 1985, pp. 229-231.

de filhos de funcionários públicos, de proprietários e, em alguns anos, de comerciantes. A seleção para a carreira militar não estava condicionada por motivos ideológicos e políticos explícitos, mas sim por motivos sociais de ordem económica, demonstrados pela maior presença de filhos de operários qualificados em relação a não qualificados ou trabalhadores rurais e pescadores. Outro aspeto de destaque é a não discriminação moralista relativamente a formalidades que não dependiam da responsabilidade dos oficiais, nomeadamente o de serem filhos de pais incógnitos⁴⁰ ou de mães solteiras. Para Carrilho, os cursos superiores militares reuniam atrativos para as camadas empobrecidas e para sectores da pequena burguesia que pretendiam manter uma certa posição social ou lutar por uma mobilidade ascendente. Estamos assim perante um grupo que provinha de uma base alargada de auto recrutamento (filhos de oficiais), contando com uma forte representação de outros quadrantes sociais.

Quanto à naturalidade dos oficiais do Serviço de EM, o distrito Lisboa⁴¹, de onde eram originários 23 dos 74 oficiais, surge como a área de maior proveniência (31,08%), seguido de Santarém com nove (12,16%) e Vila Real, Porto e Faro, todos com cinco (6,76%). Quatro eram oriundos de Viseu e três de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra e Madeira, dois de Portalegre, Beja e Açores e um de Braga, Bragança, Guarda, Leiria. É de realçar a existência de um oficial da província ultramarina da Índia, mais especificamente de Goa.

Carrilho, relativamente à origem dos oficiais, constata a existência de uma predominância acentuada de proveniência urbana, com Lisboa a desempenhar um papel fulcral, seguida do Porto e de Santarém⁴².

No nosso caso, Santarém surge em segundo lugar, estando o Porto alinhado com Faro e Vila Real. Podemos concluir que os oficiais do Serviço de EM tinham também uma proveniência maioritariamente urbana, pois as razões indicadas para 43,24% serem de Lisboa e Santarém vão ao encontro da explicação para a predominância de Lisboa e a elevada percentagem de Santarém como locais de origem na época de 1900-1910. A localização da EE na capital, permitia a continuação do aluno junto do agregado familiar durante a frequência do curso e a facilidade de transportes no distrito de Santarém para Lisboa são as explicações apontadas para estes números, notando que a questão de facilidade de acesso ao ensino secundário e superior preparatório, era idêntica em Lisboa, Porto e Coimbra, mas os valores dos últimos distritos são marcadamente mais baixos⁴³.

A análise da frequência da escola preparatória por parte dos elementos do grupo indica que a EP, localizada em Lisboa, totaliza 76,71%, marginalizando Coimbra e Porto como escolha para o curso preparatório. Depreendemos, assim, que a maioria dos oficiais do Serviço EM de 1914-1918, independentemente da sua origem, tinha uma preferência pela capital, a qual se manifesta inclusivamente na escolha do curso preparatório que permitia acesso ao CEM. Esta escolha seria também condicionada pelo peso que a EP possuía, ao ser uma escola agregada à EE desde a reforma de 1837.

⁴⁰ Um dos oficiais do nosso grupo, António Maria de Freitas Soares era filho de pais incógnitos, e.g.

⁴¹ Distrito de Lisboa compreendia em 1900, além do conselho de Lisboa outros nos quais se incluía o de Alenquer (Carrilho, 1985, p. 126), de onde era originário um dos oficiais.

⁴² Carrilho, 1985, pp. 124,125.

⁴³ Carrilho, 1985, pp. 124,125.

Apesar de não possuímos dados relativos à morada do agregado familiar aquando da sua candidatura ao curso, cremos que o aumento da possibilidade de colocações em Lisboa pesaria na decisão de frequentar o CEM.

Em termos familiares, concluímos que 52 dos oficiais eram casados e seis solteiros. Em sete FM (por faltar a informação) não conseguimos averiguar o estado civil ou o número de filhos. No que concerne ao número de filhos, a mediana é de um filho (mínimo zero, máximo nove) por cada oficial dos 60 em que foi possível analisar tal informação. De referir que 22 dos elementos não tinham filhos e seis tinham mais de cinco filhos. Assumimos que seria obrigatória a declaração de filhos nascidos e que os oficiais a cumpriam. Como exemplo desta obrigatoriedade, assinalamos que António Cândido de Gouveia de Castilho Nobre era solteiro e declarou um filho; e José Júlio Forbes Costa declarou ter uma filha 19 anos antes de se casar.

Notamos a tendência dos oficiais do Serviço de EM para constituírem família, tendência sugerida pela análise de que, quanto ao estado civil, 89,8% destes oficiais eram casados.

Quanto ao número de filhos, em 1911 as famílias tinham em média 4,2 indivíduos⁴⁴, pelo que, o número de filhos seria de 2,2 implicando que o nosso grupo, com uma mediana de um filho (mínimo zero, máximo nove), se encontrava abaixo da média de filhos para a época. Dos 60 elementos que analisamos, 37 não possuíam filhos ou tinham apenas um (cerca de 62%), mas 23 deles possuíam dois ou mais filhos (cerca de 38%). Não conseguimos encontrar dados comparativos para indagar esta disparidade face aos dados estatísticos de então, ou mesmo para a assimetria interna do nosso grupo.

a. Curso de origem e lugar de curso

Os últimos elementos do nosso grupo a entrarem para o SEM/EE foram José Mendes Ribeiro Norton de Matos, António Nogueira Mimôso Guerra e Eduardo Augusto Marques (1888), tendo o primeiro CEM complementar sido realizado em 1895. Assim, no Serviço de EM em 1914-1918, 23 oficiais eram oriundos do curso do SEM/EE, 29 de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria.

Retirando os elementos oriundos do SEM/EE por forma a analisar a percentagem relativa das Armas de origem, destaca-se a Infantaria com 56,86%, sendo que a Artilharia surge com 31,37% e a Cavalaria com 11,76%, não existindo nenhum oficial oriundo de Engenharia.

Não conseguimos apurar concretamente as razões desta discrepância. Levantamos, no entanto, algumas hipóteses para a justificação destes números. Sabemos, pela OE de 1901, no seu Art.70º, que os tenentes e capitães ao terminarem os tirocínios do CEM subiam “[...] na escala de acesso da sua arma um número de logares igual à média annual de promoção do seu posto ao imediato [...]”⁴⁵, reiterado na reforma de 1911, pelo que, em termos práticos, ganhavam um ano em termos de antiguidade.

⁴⁴ INE, 2014.

⁴⁵ OE, 1901, p. 86.

O Art.45º desta mesma OE refere que um oficial de Engenharia, Artilharia ou Cavalaria não era promovido a capitão ou coronel até que todos os oficiais de Infantaria do curso um ano mais antigo em tenente tivessem sido promovidos⁴⁶, impedindo ultrapassagens de elementos dessas Armas a elementos do curso de Infantaria à sua frente.

Daqui concluímos que as promoções a estes postos na Arma de Infantaria eram mais demoradas do que nas restantes Armas, sendo razoável concluir que esses elementos estivessem mais dispostos a frequentar o CEM para melhorarem as suas condições de promoção relativamente às outras Armas.

Perante o facto de nenhum oficial de Engenharia pertencer ao Serviço de EM nem ter frequentado o CEM até 1913⁴⁷, levantamos algumas considerações. De acordo com Carrilho, a Engenharia era, informalmente, considerada a Arma mais importante, sendo termo de comparação para promoções e vencimentos⁴⁸. Para além deste facto, os oficiais com o CEM, quando em Comissão de Serviço dependentes do Ministério da Guerra, recebiam a gratificação correspondente ao seu posto na Arma de Engenharia OE Nº11, Art. 20º⁴⁹, ou seja, os Engenheiros auferiam maior gratificação face aos restantes oficiais.

Estas constatações levam-nos a afirmar que esses oficiais teriam uma carreira satisfatória, tanto em termos de prestígio, como financeiramente, não sendo o curso um fator determinante para a sua progressão na carreira.

Ao aferimos a posição no curso geral à saída da EE, referente apenas aos 51 oficiais que não pertenciam ao SEM/EE, dividimos os 27 cursos de origem em terços para tornar explícita a relação da antiguidade relativa no curso e a frequência do CEM.

Concluímos que 62,75% dos oficiais pertencia ao primeiro terço do seu curso. De referir que o curso mais pequeno tinha apenas dois elementos, o Curso de Artilharia (1899) e o maior, o de Infantaria (1901), possuía 76 elementos. A média dos 27 cursos analisados é de 54 homens/curso, existindo oito cursos com mais de 60 elementos.

Este dado é indicador que a este Serviço pertenciam maioritariamente os melhores de cada curso, pelo menos do ponto de vista académico, visto que esta relação foi elaborada com a antiguidade de saída da EE. Julgamos natural que assim seja, considerando a frequência da Escola Preparatória que, como vimos, implicava o estudo de cadeiras de Ciências Exatas que não eram necessárias para as Armas de Infantaria e Cavalaria. Esta obrigatoriedade de formação científica para a passagem a uma Arma mais “técnica” e “organizativa” (apesar de quase 10% pertencerem ao último terço), pode ser entendida como um obstáculo que desmotivaria os elementos que menos se destacavam academicamente. Assim, em termos de elementos não oriundos do SEM/EE, a maioria dos oficiais era dos mais antigos dos respetivos cursos.

⁴⁶ OE, 1901, p. 81.

⁴⁷ Apesar do nosso grupo não possuir nenhum oficial de Engenharia, podemos afirmar que nenhum tirou o CEM até 1913. AHM, 1913, p. 21.

⁴⁸ Carrilho, 1985, p. 144.

⁴⁹ OE, 1911, p. 587.

b. O percurso profissional

As funções desempenhadas pelos oficiais do Serviço de EM foram analisadas, não apenas no período 1914-1918, mas ao longo de toda a sua carreira, para conseguirmos visualizar o que era instado a um oficial oriundo do SEM/EE, ou com CEM, durante a sua vida militar.

Para melhor ilustrar a vida profissional dos oficiais deste Serviço, passaremos a descrever uma hipotética carreira, ilustrando as diferenças entre quem frequentou o SEM/EE e quem cursou posteriormente o CEM como curso complementar. Na escolha das funções desempenhadas pretendemos ser abrangentes, optando por mencionar as funções/cargos mais usuais na pesquisa, referindo situações excepcionais com a menção ao nome do oficial.

No que concerne às idades, são fruto das medianas obtidas das idades com que atingiam as respetivas promoções. Não conseguimos apurar todas as datas de promoção dos 74 elementos, mas existem dados relativos à idade de 56 oficiais nas promoções a alferes e tenente, 53 na promoção a capitão, 55 na promoção a major, 50 na promoção a tenente-coronel, 49 na promoção a coronel e 20 na promoção a general.

Considerando que o acesso ao Serviço de EM foi desigual entre os elementos do nosso grupo, o início de carreira dos oficiais era diferenciado. De forma a expor a informação recolhida, descrevemos inicialmente uma carreira hipotética para os oficiais do SEM/EE. A partir de capitão, as possíveis funções aplicam-se de forma transversal a todos os elementos do nosso grupo. Relativamente às medianas de idades, esta primeira descrição diz respeito apenas aos oficiais do SEM/EE. Num segundo ponto, iremos apresentar as diferenças detetadas entre os dois subgrupos.

Para além da análise dos dados presentes nas FM, utilizamos, para melhor contextualização destes percursos, um artigo em homenagem ao general Garcia Rosado escrito pelo general Ferreira Martins, também ele elemento do nosso grupo e contemporâneo destes oficiais.

(1) A hipotética carreira

Em finais do séc. XIX, o jovem que desejasse ser oficial do Exército, após terminar o Real Colégio Militar⁵⁰ (CM) ou outro qualquer liceu, teria de assentar praça num qualquer corpo do Exército antes de poder concorrer à EE⁵¹. O nosso pretendente, com 16 anos e meio⁵², assentava praça numa unidade do Exército onde, após servir com bom comportamento e possuindo as habilitações liceais descritas, se matricularia, por três anos⁵³, na EP, AP ou UC para os estudos preparatórios. Adquirindo as habilitações necessárias, e agora com cerca de 20 anos, ingressava no curso de SEM/EE.

Volvidos dois anos, terminado o curso do SEM/EE, o jovem alferes, agora com 23 anos⁵⁴, ingressava numa unidade de Infantaria ou Cavalaria. Nesta unidade, ao fim do tirocínio de

⁵⁰ Com a implantação da República passou a designar-se Colégio Militar. Será esta designação que iremos utilizar independentemente da nomeação do oficial ter ocorrido antes ou depois da queda da monarquia.

⁵¹ OE, 1863 n.º54, p. 8.

⁵² Mediana de idades de assentamento de praça. O mais novo foi António José Garcia Guerreiro, com 14 anos e 5 meses, que ingressou em 1872, sendo o mais velho José Mendes Ribeiro Norton de Matos que ingressou em 1887 com 20 anos e 8 meses.

⁵³ OE, 1863 n.º54, p. 2.

⁵⁴ Os mais novos foram Tomáz António Garcia Rosado e João Montês Champalimaud, alferes em 1886 e 1890 com 22 anos. O mais velho foi Alfredo Carlos Pimentel May, alferes com 29 anos em 1888.

dois anos, com 25 anos, era promovido a tenente⁵⁵. A fim de cumprir a “condição essencial para ingressar no Corpo de EM”⁵⁶, o tenente iria estagiar durante um ano numa unidade de Artilharia e noutra de Infantaria ou Cavalaria, alternando esta última com a respetiva Arma de colocação em alferes.

O oficial do SEM/EE serviria nestas unidades até ter colocação, consoante a vagatura, no quadro do Corpo de EM, onde entrava como tenente, sendo aos 29 anos promovido a capitão⁵⁷. Enquanto membro do Corpo de EM desempenharia diversas missões, nomeadamente levantamentos de terreno, trabalhos de campo para elaboração de cartas itinerárias e reconhecimentos militares como, por exemplo, o pormenorizado reconhecimento da fronteira a sul do Tejo⁵⁸ que tinha como finalidade “preparar os estudos necessários ao seu guarnecimento de observação e proteção à mobilização do nosso Exército.”⁵⁹. O capitão poderia também ser nomeado vogal dos júris para exames especiais de habilitações dos alunos da EE, nomeado adjunto de uma das secções do Corpo/Serviço do EM ou para funções num dos EM das Brigadas e pertenceria a comissões encarregues de atingir diversos objetivos, como por exemplo: elaborar um projeto de uma biblioteca central militar; o de aperfeiçoar⁶⁰ o comando do Corpo/Serviço de EM; alterar a legislação vigente em regime transitório na EE; reorganizar o Serviço de Administração Militar; a reorganização das nossas forças ultramarinas ou a incorporação de tropas metropolitanas no serviço colonial (estas duas últimas apenas após ter servido nas colónias). Sendo capitão com experiência adquirida no Corpo/Serviço de EM, poderia também ser nomeado lente na EE, no CM, no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar (IPE)⁶¹ ou na Escola Central de Oficiais⁶² (ECO), ou nomeado para uma comissão de serviço noutro ministério nomeadamente nas Obras Públicas, Comércio e Indústria, ou o da Marinha e Ultramar, sendo esta última a nomeação mais usual, pois era quem tutelava as comissões dos oficiais nas colónias.

Para as colónias, o nosso capitão, indo integrado numa força, seria membro do EM dessa força, sendo um dos adjuntos. Aí poderia servir como chefe de Estado-Maior numa das províncias, caso a força se dividisse. Nomeado para serviço nas colónias, poderia desempenhar uma multiplicidade de funções militares e civis, desde comandante de uma companhia indígena, comandante de destacamento, vogal de uma comissão municipal, chefe do gabinete militar de uma das províncias, comissário do Governo para delimitar fronteiras entre uma província e outro estado, secretário-geral do Governo de um dos territórios, chefe de equipas de levantamento topográfico e de agrimensura, assim como

⁵⁵ Os mais novos e o mais velho são os mesmos indivíduos do posto de alferes, tendo os dois primeiros 24 e o mais velho 31 anos.

⁵⁶ Martins, 1937, p. 616.

⁵⁷ Os mais novos foram Rosado Abel Acácio de Almeida Botelho e Tomáz António Garcia, em 1881 e 1889, respetivamente, com 25 anos, sendo o mais velho Luís António Carvalho Martins em 1899, com 33 anos.

⁵⁸ Caso de Tomáz António Garcia Rosado, p. ex.

⁵⁹ Martins, 1937, p. 617.

⁶⁰ Por exemplo a comissão para o “aperfeiçoamento” do Serviço do EM (FM Francisco Correia Mendes) AHM, s.d., p. 1. Fundado em 1911 IPE, 2014).

⁶² Fundada em 1914 foi a antecessora do Instituto de Altos Estudos Militares e do atual Instituto de Estudos Superiores Militares.

desempenhar funções administrativas, tais como administrador interino das matas de Goa ou ser encarregado provisoriamente da Direção das Obras Públicas desse estado⁶³. Um dos nossos oficiais foi eleito deputado entre 1906/1907⁶⁴ regressando para o Serviço de EM (1908).

Aos 42 anos, após cerca de 12 anos⁶⁵ de capitão, era promovido a major. Neste posto, era expectável que o nosso oficial continuasse a integrar comissões com objetivos de desenvolver ou melhorar capacidades e procedimentos no Exército desde o próprio Serviço de EM até à revisão do Código de Justiça Militar. Poderia ser nomeado lente ou regente, mediante candidatura e concurso, de uma das cadeiras da EE, CM, IPE ou ECO, ser nomeado membro do júri de avaliação para os exames necessários à promoção de capitão ao posto de major das diversas Armas, do corpo de Administração Militar e do Corpo/Serviço de EM. Seria comandante de Batalhão ou Grupo⁶⁶ em Regimentos, Chefe de EM de uma das divisões do Exército ou Chefe de repartição de uma das direções do EME. Os majores do SEM/EE eram também chamados para prestar serviço no Ministério da Guerra ou no Ministério da Marinha e das Colónias. Aqui, se colocado numa das Colónias poderia ser nomeado chefe do gabinete militar ou até Governador de um território, distrito ou região, inclusive governador-geral de uma Província⁶⁷. Caso fosse integrado numa força expedicionária às colónias seria nomeado Chefe de Estado-Maior.

Com 45 anos era promovido a tenente-coronel⁶⁸ e, neste posto, continuaria nomeado para os júris de promoção e para as mencionadas comissões de estudo. Seria chefe de repartição de umas das divisões do EM, lente ou regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, assim como diretor do IPE. Poderia também ser nomeado comandante de uma força militar às províncias ou desempenhar as funções de Comandante Militar de uma região ou território ultramarino, ou diretor das Obras Públicas de uma província⁶⁹. Podia ser designado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros como delegado técnico ou, caso algum cataclismo atingisse o país, o tenente-coronel poderia ser chamado a comandar uma força de socorro e apoio a uma população⁷⁰ vítima de um desastre ou talvez diretor do serviço cartográfico e gabinete fotográfico do Estado-Maior do Exército⁷¹.

⁶³ Exemplo específico de José Mendes Ribeiro Norton de Matos AHM, s.d., pp. 2, 3.

⁶⁴ Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho AHM, s.d., p. 2.

⁶⁵ O elemento mais novo a ser promovido a major foi Tomás António Garcia Rosado em 1899 com 35 anos de idade e dez anos de capitão, o elemento mais velho a ser promovido foi Luís António Carvalho Martins em 1911 com 45 anos e 12 anos de posto. O tempo mínimo no posto de capitão foi de cinco anos, Alfredo Carlos Pimentel May. O tempo máximo neste posto foi de 14 anos (três elementos).

⁶⁶ Batalhão e Grupo são a designação de uma unidade formada por um conjunto de Companhias, comandadas por capitães. Isto significa que nosso oficial, sendo oriundo do SEM/EE, seria o Comandante tático de oficiais da Arma de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia.

⁶⁷ Tomás António Garcia Rosado foi Governador de Moçambique em 1904 AHM, s.d., p. 4.

⁶⁸ O mais novo foi José Augusto Alves Roçadas com 42 anos, promovido por distinção em 1908 (Serrão, 1968, p. 653) e o mais velho foi António Nogueira Mimóso Guerra, em 1917, com 50 anos.

⁶⁹ João Augusto Crispiano Soares, diretor das Obras Públicas de Angola em 1919 e em 1924 encarregado do Governo Geral de Angola.

⁷⁰ António Maria de Matos Cordeiro foi nomeado em 1909 comandante da força de socorro a Salvaterra e Benavente Benavente, 2014.

⁷¹ Carlos Maria Pereira dos Santos em 1925, AHM, s.d., p. 3.

Aos 51 anos seria promovido a coronel⁷². Neste posto, comandaria um Regimento de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia para os oficiais do CEM ou, no caso de ser oriundo do SEM/EE, apenas Regimentos de Infantaria ou Cavalaria. Seria nomeado chefe de uma das repartições do Estado-Maior do Exército ou do Ministério da Guerra, seria diretor da ECO ou do CEM, regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, nomeado como vogal ou presidente de uma das diversas comissões para organização e melhoramentos do Exército, vogal dos júris de promoção a capitão e major das diversas Armas ou ainda ser Chefe de Estado-Maior do Campo Entrincheirado de Lisboa. Nesta fase da sua carreira, o nosso oficial podia ser nomeado para adido militar, ficando dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aqui o nosso oficial, ou se encontrava no terço superior da escala de coronéis e reunia as condições necessárias para a promoção a general, ou passaria à situação de reserva aos 62 anos.

Caso fosse promovido a general, esta promoção ocorreria quando atingisse os 60 anos⁷³. Com este posto poderia ser nomeado como vogal do júri para avaliar as provas especiais de aptidão para a promoção a general, ser subchefe do EME, Quartel-Mestre General, Comandante da EE e Chefe do EME.

(2) As diferenças dos oficiais do Curso de Estado-Maior

Caso o nosso oficial fosse oriundo das Armas, após terminar o curso na EE, com cerca de 23 anos⁷⁴ seria colocado como alferes num qualquer Regimento da Arma. Aqui desempenharia as funções de subalterno até concorrer ao CEM. Frequentaria a Escola Preparatória com cerca de 25 anos, como tenente⁷⁵, nas cadeiras que necessitava para se qualificar para a frequência do CEM na EE. Após terminar o CEM seria colocado no EM da sua Arma, ficando a aguardar vacatura no quadro do Serviço de EM.

Ao passar ao Serviço de EM, seguiria uma carreira idêntica às atrás descritas. As suas promoções seriam dependentes da vacatura na sua Arma de origem, sendo que as medianas de idade diferem um pouco das anteriormente apresentadas, assim temos:

- Capitão, 33 anos (mais velhos 4 anos);
- Major, 38 anos (mais novos 5 anos);
- Tenente-coronel, 40 anos (mais novos 5 anos);
- Coronel, 48 anos (mais novos 3 anos);
- General, 57 anos (mais novos 3 anos).

⁷² O mais novo foi Tomáz António Garcia Rosado com 47 anos, em 1911 e o mais velho foi Manuel Maria de Oliveira Ramos, em 1919, com 57 anos.

⁷³ O mais novo foi Tomáz António Garcia Rosado, em 1917, com 53 anos. O mais velho foi Luís António César de Oliveira com 64 anos, em 1926.

⁷⁴ Cinco elementos tinham 20 anos, o mais velho, com 27 anos, foi Amílcar de Castro Abreu e Mota de Artilharia, em 1891.

⁷⁵ O mais novo, com 22 anos foi Fernando Augusto Freiria de Artilharia, de em 1899, os mais velhos foram Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazaré (Nasareth), em 1896 e Tasso de Miranda Cabral em 1907, ambos de Infantaria.

Em termos gerais, após entrar para o Serviço de EM, os cargos desempenhados eram idênticos aos que os oficiais do SEM/EE desempenhavam.

Analisando uma hipotética carreira vemos que, após o curso na EE, todos foram colocados em Regimentos como subalternos das Armas, ou seja, em alferes e tenente, estas colocações permitiam ao jovem oficial tomar conhecimento com os escalões de nível tático das unidades de manobra e de apoio de fogos do Exército. Assim, o futuro oficial de Estado-Maior ficaria a conhecer a realidade vivida nestes escalões.

As funções desempenhadas pelo nosso grupo, algumas sem qualquer relação com a vida militar, fazem-nos acreditar que estes elementos eram indivíduos de referência na época. O seu mérito académico era reconhecido, não apenas por frequentarem a Escola Preparatória, mas pelo número deles que foram lentes e assistentes nas escolas militares, assim como pela responsabilidade nas reformas do Exército, as quais abrangiam não apenas o âmbito operacional mas também o âmbito cultural e legislativo.

Apurámos que não se limitavam a planear e fazer estudos, sendo nomeados para comandar. A nomeação de um elemento do Serviço de EM para o socorro das populações no terramoto de Benavente ilustra que eram homens de ação e comando.

Assim, na nossa opinião, não estamos perante um grupo unicamente de gestores/administradores. As carreiras de comando destes elementos demonstram que eram operacionais e a legislação demonstra que era esse o desejo do Exército.

No que se refere à participação destes oficiais na Grande Guerra, identificamos 14 elementos que pertenceram ao Corpo Expedicionário Português, dois deles foram comandantes do mesmo⁷⁶ e os restantes foram membros dos EM e oficiais de ligação junto do Corpo inglês.

Para Angola foram destacados 12 elementos, tendo Alves Roçadas sido comandante de força e os restantes membros dos EM. Para Moçambique identificamos três elementos do grupo que participaram nas campanhas. De realçar ainda que seis dos elementos identificados, após regressarem à metrópole, fizeram ainda parte do CEP.

Conclusões

Ao longo deste estudo propusemo-nos a estudar o grupo constituído pelos oficiais do Exército que serviram no Serviço de Estado-Maior de 1914-1918. Vimos igualmente como surgiu em Portugal o conceito de “EM”, especificando a tipologia de funções esperadas do “EME” e observamos as alterações introduzidas durante o séc. XIX para a formação de oficiais especificamente para este tipo de funções. Estabelecido o grupo, elencamos um número de elementos sociográficos que analisámos e nos permitiu concluir que se tratavam de oficiais com uma experiência militar transversal a todas as áreas do Exército.

Em 1837, com a criação da EE, pela mão de Sá da Bandeira e o início do verdadeiro profissionalismo na classe militar, foram estabelecidos os critérios de seleção dos candidatos aos cursos da EE, incluindo ao curso do Serviço de EM, curso que frequentavam os futuros

⁷⁶ Tomáz António Garcia Rosado e José Augusto Alves Roçadas.

oficiais do Corpo de EM instituído em 1834. Sobressai a sua vasta formação académica, tanto na EE como na Escola Preparatória.

Em 1891, alterou-se o conceito do curso, deixando de ser um curso de base para ser um curso complementar aberto a todas as Armas do Exército. As cadeiras frequentadas não sofreram alterações relevantes e os alunos, já oficiais formados na EE, tinham apenas de frequentar cadeiras específicas do CEM e/ou aquelas onde ainda não tinham aproveitamento. Vimos que o primeiro curso complementar se realizou em 1895, mantendo na generalidade as disciplinas específicas que permitiam uma visão global sobre as capacidades do Exército. Os oficiais deste grupo receberam, não só uma formação muito acima da média, como também muito abrangente pela transversalidade das matérias na EE.

A análise dos dados revelou que a grande maioria dos oficiais efetuou a Escola Preparatória na EP em Lisboa, surgindo a Universidade de Coimbra em segundo e a Academia Politécnica no Porto em terceiro. Os oficiais eram de proveniência maioritariamente urbana, surgindo Lisboa num lugar destacado, seguida por Santarém, o Porto, Vila Real, e Faro em terceiro, diferindo pouco da naturalidade dos restantes oficiais. Conseguimos inferir que o nosso oficial pertenceria a uma família de militares ou de operários qualificados e que uma das motivações para concorrer para o SEM/EE ou ao CEM seria a proximidade ao agregado familiar e o aumento da possibilidade de servir em Lisboa.

Conseguimos apurar, relativamente ao curso de origem, que no Serviço de EM de 1914-1918, 23 oficiais ainda eram oriundos do curso do SEM/EE, 29 eram de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria. No que concerne à sua posição geral de curso à saída da EE, apuramos que, dos elementos que frequentaram o CEM, a maioria pertencia ao primeiro terço do respetivo curso. Esta análise demonstrou-nos que a maioria dos oficiais que frequentaram o CEM (curso complementar) detinham as melhores notas na saída dos respetivos cursos da EE.

No que concerne ao casamento e número de filhos, constatamos que 89,8% deles era casado, possuindo uma mediana de um filho, valor que estava abaixo do expectável para a época, não obstante procurarem uma vida familiar.

Ao criar uma carreira hipotética, para melhor demonstrar o percurso profissional deste grupo de oficiais, vimos que este grupo levou uma vida profissional muito rica em termos de experiências, não apenas como oficiais de EM, mas no desempenho de funções e cargos civis, participando em ações expedicionárias, no comando de tropas, servindo em diversos ministérios e lecionando.

A análise das suas funções mostrou-nos que estamos perante um grupo com capacidade de desempenhar um leque variado de funções, tanto militares como civis. A nível militar, para além das missões inerentes ao EM, comandaram Companhias, Batalhões, Grupos e forças expedicionárias, tanto para as colónias como para a Flandres, não estamos, portanto, perante um grupo que apenas se limitava ao planeamento e gestão. Eram oficiais com experiência a nível tático, aliada uma grande capacidade de gestão/administração conquistada com a experiência de servir nos diversos postos do Serviço de EM. A sua formação permitia-lhes desempenhar funções na Administração Pública, sendo por vezes o

máximo representante do Estado em territórios isolados. Concluímos, assim, estar perante um grupo que desempenhava missões de âmbito operacional da maior relevância para Portugal na cena internacional.

Do que antecede, constatamos que o Serviço de EM, desde a sua formação como Corpo de EM, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, sendo os seus oficiais notórios pela sua competência e capacidade de adaptação. Demonstrou-se que os oficiais do Serviço de EM não se limitavam a planear e apoiar a decisão, eram igualmente homens de ação.

| Relação dos Oficiais que fizeram parte do Serviço de EM de 1914 a 1918 | |
|---|---|
| Abel Acácio de Almeida Botelho | Amândio Oscar da Cruz e Sousa |
| Gaspar António Azevedo Meira | Jorge Soares Pinto de Mascarenhas |
| Antonio Maria de Matos Cordeiro | Arnaldo de Melo |
| Tomáz António Garcia Rosado | Eduardo Augusto de Azambuja Martins |
| Augusto da Costa Macedo | Genipro da Cunha de Eça Costa Freitas e Almeida |
| Antonio José Garcia Guerreiro | José Alberto da Silva Basto |
| Manuel Rodrigues Ermitão | D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho |
| Vitoriano José César | Luís Augusto Ferreira Martins |
| José Augusto Alves Roçadas | Miguel de Almeida Santos |
| José Júlio Forbes Costa | Gaspar do Couto Ribeiro Vilas |
| Alfredo Carlos Pimentel May | João Ortigão Peres |
| Francisco Xavier Correia Mendes | Artur Ivens Ferraz |
| Manuel Maria de Oliveira Ramos | Antonio de Sant'Ana Cabrita Júnior |
| Vasco Martins | Augusto Botelho da Costa Veiga |
| Pedro Lopes Cunha Pessoa | Fernando Augusto Freiria |
| Alfredo Mendes Magalhães Ramalho | Alfredo Balduino de Seabra Junior |
| Luís António César de Oliveira | António Maria de Freitas Soares |
| João José Sinel Cordes | Tasso de Miranda Cabral |
| João Montês Champalimaud | Fernando Augusto Borges Júnior |
| Luís António Carvalho Martins | Carlos Maria Pereira dos Santos |
| António Nogueira Mimôso Guerra | João de Sousa Eiró |
| Eduardo Augusto Marques | Carlos Matias de Castro |
| José Mendes Ribeiro Norton de Matos | José Arrôbas Machado |

Relação dos Oficiais que fizeram parte do Serviço de EM de 1914 a 1918 (cont.)

| | |
|--|---|
| João Pereira Bastos | Joaquim Artur dos Santos Machado |
| Amílcar de Castro Abreu e Mota | João Augusto Crispiniano Soares |
| Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth | Manuel Firmino Almeida Maia Magalhães |
| Aníbal Augusto Ramos de Miranda | Helder Armando dos Santos Ribeiro |
| Angelo Leopoldo da Cruz e Sousa | Vasco Freire Ternudo |
| Roberto da Cunha Baptista | António de Sousa Pinto Machado Coutinho |
| Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa | José Joaquim Ramos |
| Júlio d'Abreu Campos | Jorge Dias da Costa |
| Ernesto de França Mandes Machado | António Cândido de Gouveia Castilho Nobre |
| João Carlos Pires Ferreira Chaves | Artur Pereira de Mesquita |
| Armando Bertoldo Machado | Liberato Damião Ribeiro Pinto |
| António de Sousa Guedes Cardoso Machado | Vitorino Henriques Godinho |
| Joaquim dos Santos Correia | Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro |
| Mário Augusto Gouveia Xavier de Brito | José Esteves da Conceição Mascarenhas |

Fontes

AHM, A., 1913. Almanaque do Exército. Lisboa ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

AHM, s.d. Folha de Matrícula (FM) de Alfredo Carlos Pimentel May. Lisboa: Arquivo Histórico Militar (AHM) cx3462.

AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx3295.

AHM, s.d. FM de Abel Acácio de Almeida Botelho. Lisboa: AHM, cx1338.

AHM, s.d. FM de Abílio Augusto Valdez Passos Sousa. Lisboa: AHM cx1750.

AHM, s.d. FM de Alfredo Balduino de Seabra Junior. Lisboa: AHM cx2401.

AHM, s.d.. FM de Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho. Lisboa: AHM cx3344.

AHM, s.d.. FM de Amândio Oscar da Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx1303.

AHM, s.d.. FM de Amílcar Castro Abreu Mota. Lisboa: AHM cx719.

AHM, s.d.. FM de Angelo Leopoldo Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx1523.

AHM, s.d.. FM de Aníbal Augusto Ramos Miranda. Lisboa: AHM cx3147.

AHM, s.d. FM de António Cândido Gouveia Castilho Nobre. Lisboa: AHM cx1462.

AHM, s.d. FM de António de Sant'Ana Cabrita Junior. Lisboa: AHM cx2299.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Guedes Cardoso Machado. Lisboa: AHM cx3758.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Pinto Machado Coutinho. Lisboa: AHM cx3446.

AHM, s.d.. FM de Antonio José Garcia Guerreiro. Lisboa: AHM cx1678.

AHM, s.d. FM de António Maria de Freitas Soares. Lisboa: AHM cx1329.

AHM, s.d. FM de Antonio Maria de Matos Cordeiro. Lisboa: AHM cx1439.

AHM, s.d. FM de António Nogueira Mimoso Guerra. Lisboa: AHM cx717.

AHM, s.d. FM de Armando Bertoldo Machado. Lisboa: AHM cx2254.

AHM, s.d. FM de Arnaldo de Melo. Lisboa: AHM cx2375.

AHM, s.d. FM de Artur Ivens Ferraz. Lisboa: AHM cx2213.

AHM, s.d. FM de Augusto Botelho Costa Veiga. Lisboa: AHM cx3181.

AHM, s.d. FM de Augusto da Costa Macedo. Lisboa: AHM cx2804.

AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx3295.

AHM, s.d. FM de Carlos Matias de Castro. Lisboa: AHM cx2691.

AHM, s.d. FM de D.José Serpa Pimentel Sousa Coutinho. Lisboa: AHM cx2056.

AHM, s.d. FM de Eduardo Augusto Marques. Lisboa: AHM cx2639.

AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Borges Junior. Lisboa: AHM cx2856.

AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Freiria. Lisboa: AHM cx715.

AHM, s.d. FM de Francisco Xavier Correia Mendes. Lisboa: AHM cx2651.

AHM, s.d. FM de Gaspar António Azevedo Meira. Lisboa: AHM cx2266.

AHM, s.d. FM de Gaspar do Couto Ribeiro Vilas. Lisboa: AHM cx3547.

AHM, s.d. FM de Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro. Lisboa: AHM cx3382.

AHM, s.d. FM de Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth. Lisboa: AHM cx1483.

AHM, s.d. FM de João Augusto Crispiano Soares. Lisboa: AHM cx2844.

AHM, s.d. FM de João Carlos Pires Ferreira Chaves. Lisboa: AHM cx2528.

AHM, s.d. FM de João de Sousa Eiró. Lisboa: AHM cx2637.

AHM, s.d. FM de João José Sinel de Cordes. Lisboa: AHM cx2083.

AHM, s.d. FM de João Montez Champlimaud. Lisboa: AHM cx2287.

AHM, s.d. FM de João Ortigão Peres. Lisboa: AHM cx1353.

AHM, s.d. FM de João Pereira Bastos. Lisboa: AHM cx715.

AHM, s.d. FM de Joaquim Artur dos Santos Machado. Lisboa: AHM cx1701.

AHM, s.d. FM de Joaquim dos Santos Correia. Lisboa: AHM cx3859.

AHM, s.d. FM de Jorge Dias da Costa. Lisboa: AHM cx3489.

AHM, s.d. FM de Jorge Soares Pinto Mascarenhas. Lisboa: AHM cx2119.

AHM, s.d. FM de José Alberto da Silva Basto. Lisboa: AHM cx1718.

AHM, s.d. FM de José Arrobas Machado. Lisboa: AHM cx3060.

AHM, s.d. FM de José Esteves Conceição Mascarenhas. Lisboa: AHM cx1328.

AHM, s.d. FM de José Júlio Forbes da Costa. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar caixa1724.

AHM, s.d. FM de José Mendes Ribeiro Norton de Matos. Lisboa: AHM cx1325.

AHM, s.d. FM de Júlio d'Abreu Campos. Lisboa: AHM cx3651.

AHM, s.d. FM de Liberato Damião Pinto. Lisboa: AHM cx2861.

AHM, s.d. FM de Luís António César de Oliveira. Lisboa: AHM cx2606.

AHM, s.d. FM de Luís António de Carvalho Martins. Lisboa: AHM cx2169.

AHM, s.d. FM de Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães. Lisboa: AHM cx2204.

AHM, s.d. FM de Manuel Maria de Oliveira Ramos. Lisboa: AHM cx2166.

AHM, s.d. FM de Manuel Rodrigues Ermitão. Lisboa: AHM cx2169.

AHM, s.d. FM de Miguel de Almeida Santos. Lisboa: AHM cx2682.

AHM, s.d. FM de Pedro Lopes Cunha Pessoa. Lisboa: AHM cx2679.

AHM, s.d. FM de Roberto da Cunha Baptista. Lisboa: AHM cx2203.

AHM, s.d. FM de Tasso de Miranda Cabral. Lisboa: AHM, cx2845.

AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx2363.

AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx2363.

AHM, s.d. FM de Vasco Martins. Lisboa: AHM cx2877.

AHM, s.d. FM de Vitoriano José César. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar caixa2403.

AHM, s.d. FM de Vitorino Henriques Godinho. Lisboa: AHM cx3663.

LAEE, A., s.d. Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército; Escola de Guerra, Escola Militar. Única ed. Lisboa: Fundo 100 caixa SIL.

LGAE, 1914. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1915. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1916. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1917. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1918. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1863 n°54. Ordens do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

OE, 1890. Ordem do Exército 1890. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

OE, 1901. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1911. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

Referências Bibliográficas

- AHM, 2011. Projeto GERMIL, *Genealogia em Registos Militares*. [Em linha] Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/germil/details?id=6958> [Acedido 03 abr. 2014].
- Anon., s.d.. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV. In: Lisboa: Editorial Enciclopédia.
- Barata, M. T. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 3*. 1ª ed. Rio de Mouro: Circulo dos Leitores e Autores.
- Benavente, C. M., 2014. *Terramoto de 1909*. [Em linha] Disponível em: <http://www.cm-benavente.pt/conhecer-benavente/historia/terramoto-de-1909?tmpl=component&print=1> [Acedido 11 abr. 2014].
- Carrilho, M., 1985. *FORÇAS ARMADAS E MUDANÇA POLÍTICA EM PORTUGAL NO SEC XX*. 12.310.176 ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Gaspar, A. P. R., 2009. *História da Academia Militar 2º Volume - AHM B-8570*. 1ª edição em 1991 ed. Lisboa: Centro de Audiovisuais do Exército.
- Huntington, S. P., 1981. *The Soldier and the State*. 7ª ed. Massachusetts: Harvard University Press.
- INE, 2014. 1911 - 1 de Dezembro (V Recenseamento Geral da População). [Em linha] Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911 [Acedido 05 mar. 2014].
- IPE, 2014. *A história do IMPE*. [Em linha] Disponível em: http://www.pupilos.eu/OIMPE_Historia.aspx [Acedido 30 mar. 2014].
- Martins, F., 1937. *General Garcia Rosado*. Revista Militar nº9, Setembro, pp. 615-630.
- Nogueira, J. A., s.d.. *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Oliveira, M. A. d. & Rego, M., 1990. *O Grande Livro dos Portugueses*. 1ª ed. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Ramos, R., 1988. Culturas da alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, (4º, 5º), pp. 1067-1145.
- Sá Nogueira, J. C. d., 1969. *Breve notícia histórica acerca do Corpo de Estado-Maior*. Separata ao Boletim do EM nº 8 - 4ª Série ed. Lisboa: Boletim do Estado Maior do Exército.
- Serrão, J., 1968. *Dicionário de História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Teixeira, N. S. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 4*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo dos Leitores.

